

Notas sobre a teoria econômica de Marx: algumas considerações sobre a sua validade para a compreensão do capitalismo contemporâneo

Notes on Marx's economic theory: some considerations about its validity for understanding contemporary capitalism

Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho ^a

Resumo: O objetivo deste ensaio é apresentar, de uma forma bastante breve, aqueles argumentos que, no meu entendimento, são importantes para mostrar que a teoria econômica de Marx são lógica e empiricamente consistente, como também se constitui na melhor perspectiva teórica para se compreender o desenvolvimento o capitalismo contemporâneo. A Grande Depressão de 2007-08, o baixo dinamismo da fase de recuperação das economias capitalistas e, principalmente, o crescente aumento das desigualdades sociais, do desemprego e da pobreza colocam em xeque não só a experiência do neoliberalismo, em especial do ponto de vista da classe trabalhadora, mas também a própria validade da teoria econômica *mainstream*, porém não gerou, até o presente momento, uma crise do 'pensamento econômico dominante'.

Palavras-chave: Capitalismo Contemporâneo; Karl Marx; Crise

Classificação JEL: B24, P16, P17

Abstract: The purpose of this essay is to present, in a very brief way, those arguments that, in my understanding, are important to show that Marx's economic theory is logically and empirically consistent, as well as being the best theoretical perspective to understand development. contemporary capitalism. The Great Depression of 2007-08, the low dynamism of the recovery phase of capitalist economies and, above all, the growing increase in social inequalities, unemployment and poverty, put in check not only the experience of neoliberalism, especially from the point of view of the working class, but also the validity of mainstream economic theory itself, but it has not generated, so far, a crisis of 'dominant economic thought'.

Keywords: Contemporary Capitalism; Karl Marx; Crisis

JEL Classification: B24, P16, P17

^a Professor Aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE e PPGE/UFRGS). Email: emaldonadof@gmail.com.

1. Introdução

Inicialmente, quero destacar que foi em uma conversa (virtual), realizada no início de agosto, que meus amigos e ex-alunos Giliad de Souza Silva e Leonardo Segura Moraes propuseram que eu escrevesse um artigo para este número especial da Revista Economia Ensaios que eles estavam organizando. Evidentemente, não teria como recusar tal proposta. Ainda que tenham deixado a meu critério a escolha do tema do artigo, eles sugeriram que eu apresentasse algumas reflexões sobre capitalismo e economia política. Aceitei, de bom grado, a sugestão, mas precisava definir, com maior precisão, o foco do artigo. Assim, depois de nossa conversa, tratei de ler alguns artigos recentes sobre o capitalismo contemporâneo e a economia política e as diversas anotações que escrevi, ao longo dos anos, para apresentações de seminários e palestras em que tratei destes temas. A partir dessas leituras defini que o tema central a ser desenvolvido seria o de apresentar meu entendimento sobre a validade da teoria econômica de Marx e a sua relevância para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

O capitalismo está passando por uma profunda crise econômica e financeira, com graves e preocupantes consequências sociais, políticas e geopolíticas. Some-se a isso, a crise ambiental e a pandemia. Do ponto de vista da economia política, o sistema econômico se constitui na esfera primordial para a compreensão da situação atual do capitalismo. Daí, a importância das teorias econômicas não só para a compreensão das razões que geraram a presente crise do capitalismo, mas também em oferecer os elementos para a construção de propostas para a sua superação.

Como tem acontecido na história do capitalismo, as grandes crises econômicas têm gerado, com defasagem, crises do ‘pensamento econômico dominante’. Por exemplo, durante a década de 1920, o liberalismo econômico se constituía na concepção econômica dominante nos países capitalistas. No entanto, a Grande Depressão dos anos 1930 resultou no descrédito do liberalismo econômico que acabou sendo superado pela macroeconomia keynesiana como a teoria econômica dominante. O auge do keynesianismo enquanto ‘pensamento econômico dominante’ ocorreu durante o período em que se convencionou chamar de Idade Dourada (1950-73). Na década de 1970, o capitalismo voltou a enfrentar uma nova grande crise que o keynesianismo se mostrou incapaz não só de explicá-la, mas também de propor políticas macroeconômicas que fossem capazes de controlar a aceleração do processo inflacionário e de reestabelecer o dinamismo das economias dos países capitalistas avançados.

Assim, a crise econômica da década de 1970 resultou em uma nova crise do pensamento econômico. Ao final da década de 1970, o monetarismo tinha se tornado a nova teoria econômica dominante. Porém, o monetarismo stricto sensu – com sua proposta de controlar o processo inflacionário através do estabelecimento de metas monetárias –, como teoria econômica dominante, teve vida curta. Já em meados dos anos 1980, estava claro que sua proposta de controle do processo inflacionário através do estabelecimento de metas monetárias tinha fracassado e, por consequência, o monetarismo é parcialmente abandonado. Entretanto, suas propostas de desregulamentação radical dos mercados e das

privatizações são mantidas e tornam-se na nova ortodoxia econômica, agora sob a denominação de neoliberalismo. Na economia real, o estabelecimento do modelo neoliberal tinha como pressuposto a implementação de um amplo programa de desregulamentações dos mercados e de privatizações.

A década de 1980 se caracterizou pela realização de muitas reformas neoliberais e da implementação de programas de privatizações e, a partir da década de 1990, pode-se considerar, em termos práticos, que a economia capitalista global está organizada segundo os preceitos da concepção neoliberal. Portanto, a partir da década de 1990 tem-se que não só o neoliberalismo se constituía na concepção econômica dominante, mas também que as economias capitalistas já se encontravam, em larga medida, organizadas e operavam de acordo com o modelo neoliberal. Com isso, tem-se, em certo sentido, um retorno ao liberalismo econômico do período que antecede a Grande Depressão dos anos 1930. Com resultados econômicos, sociais e políticos similares.

A crise financeira de 2007, a Grande Depressão de 2007-08, o baixo dinamismo da fase de recuperação das economias capitalistas e, principalmente, o crescente aumento das desigualdades sociais, do desemprego e da pobreza colocam em xeque não só a experiência do neoliberalismo, em especial do ponto de vista da classe trabalhadora, mas também a própria validade da teoria econômica *mainstream*. No entanto, até o presente momento o neoliberalismo, enquanto concepção teórica e ideológica, mantém-se dominante. Em outras palavras, a crise econômica atual não gerou, até o presente momento, uma crise do ‘pensamento econômico dominante’. Ainda que o neoliberalismo continue sendo a concepção econômica dominante, em particular como ideologia econômica presente no discurso público, na prática isso nem sempre acontece. Crescentemente, as autoridades econômicas dos países capitalistas avançados acabam sendo ‘obrigadas’ a adotarem políticas macroeconômicas que, ainda que contrariem os preceitos do neoliberalismo, são vistas como necessárias para a preservação do modo de produção capitalista. Apesar disso, como dissemos acima, o neoliberalismo mantém-se como a forma de ‘pensamento econômico dominante’.

Vejamos agora o pensamento econômico marxista contemporâneo. Como se sabe, entre os economistas marxistas predomina o entendimento de que o neoliberalismo se constitui em um novo estágio (ou forma) do capitalismo cuja característica central é a financeirização. Em outras palavras, argumenta-se que o processo de globalização econômica e financeira associado as reformas para a desregulamentação dos mercados e as privatizações teriam gerado uma transformação radical do capitalismo e, portanto, de sua forma de funcionamento. Uma das características essenciais do capitalismo neoliberal estaria no fato de que o setor financeiro teria se tornado o dominante e com elevado grau de autonomia em relação ao setor produtivo. Com a financeirização, a geração de riqueza e de lucro se daria, principalmente, na esfera financeira e não mais na esfera da produção, como afirma a teoria econômica de Marx. Mais precisamente, muitos argumentam que com a financeirização teriam surgido novas formas de criação de riqueza associadas com a valorização dos ativos financeiros que ocorre nos mercados e que independeria, em larga medida, da esfera produtiva. Por sua vez, a obtenção lucro financeiro teria como base o

lucro por expropriação que ocorre na esfera da circulação e não mais – ou pelo menos, não principalmente – pela apropriação do mais-valor que é gerado na produção.

Evidentemente, esse entendimento implica que a teoria econômica de Marx estaria, em grande parte, superada para compreender a dinâmica do capitalismo neoliberal. Outro ponto a ser destacado, se relaciona com o entendimento sobre os fatores determinantes da crise do capitalismo neoliberal. Como se sabe, para Marx o declínio da rentabilidade se constitui no principal, mas não único, determinante das crises. No entanto, muitos economistas marxistas descartam a validade dessa teoria não só por razões teóricas, mas também por razões empíricas. Em relação a este ponto, muitos autores argumentam que a evidência empírica mostra, por exemplo, que a taxa geral de lucro nos EUA, no período que antecede a Grande Recessão de 2007-08, não só não estava declinando, mas ao contrário estava aumentando. Portanto, segundo essa abordagem, a crise de 2007-08 e o baixo dinamismo da fase de recuperação que antecedeu a pandemia não se relaciona com o declínio da rentabilidade e sim como uma crise associada com a financeirização da economia.

O meu objetivo nesse artigo é o de apresentar, de uma forma bastante breve, aqueles argumentos que, no meu entendimento, são importantes para mostrar que a teoria econômica de Marx – que é diferente da concepção econômica marxista – não só é lógica e empiricamente consistente, mas também que se constitui, na minha opinião, na melhor perspectiva teórica para se compreender o desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, o capitalismo contemporâneo.

Antes de apresentar os argumentos sobre a validade da teoria econômica de Marx para compreender o capitalismo contemporâneo (ou capitalismo neoliberal) é necessário tecer alguns comentários sobre a pertinência das críticas que têm sido tradicionalmente apresentadas contra a sua validade teórica (“problema da transformação” e lei da tendência declinante da taxa geral de lucro) e empírica (o surgimento das grandes corporações resultou no declínio da concorrência). Na sequência, indicarei meus argumentos sobre a validade da teoria do valor e do mais-valor de Marx para compreensão do capitalismo contemporâneo (capitalismo neoliberal). Não é demais enfatizar que o objetivo desse artigo é o de apresentar, de uma forma bastante breve, os elementos básicos da teoria econômica de Marx que, no meu entendimento, mostram a sua capacidade em explicar o capitalismo contemporâneo.

2. A Teoria Neoclássica e a Teoria da Exploração de Marx

Ainda que fuja ao escopo do presente artigo, parece-me interessante lembrar o importante papel que a teoria do mais-valor teve sobre o desenvolvimento da teoria neoclássica.

Como sabemos, a teoria do capital e do mais-valor de Marx demonstra que o lucro se constitui na forma aparente e mistificada da apropriação de trabalho não-pago pelo capital (mais-valor). Claramente, a teoria de Marx, ao demonstrar que o lucro nada mais

era do que o resultado da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, representava ser um poderoso instrumento de crítica ideológica ao capitalismo. O crescente movimento socialista do final do século XIX e início do século XX baseava suas críticas ao capitalismo na teoria da exploração de Marx. A abolição da exploração se daria com a revolução socialista e a consequente construção de uma nova sociedade que fosse socialmente justa e democrática.

A principal defesa ideológica do capitalismo foi feita pela teoria neoclássica através do desenvolvimento da teoria da distribuição segundo a produtividade marginal. O objetivo declarado foi o ‘demonstrar’ a legitimidade do lucro em contraposição a teoria da exploração de Marx. Portanto, a teoria neoclássica da distribuição se desenvolve com o objetivo ideológico explícito de fazer a defesa do capitalismo – ou seja, seu objetivo é o de demonstrar que não há exploração no capitalismo uma vez que a renda dos trabalhadores e dos capitalistas apenas refletem suas respectivas contribuições na produção do produto. O objetivo ideológico da resposta dos teóricos neoclássicos à teoria do capital e do mais-valor de Marx é expressa claramente, por exemplo, nas seguintes citações de James Tobin e de J. B. Clark.

A distribuição de renda e riqueza, e em particular as fontes, determinantes e fundamentos sociais, de juros e outros retornos da propriedade privada, eram tópicos obsessivos da economia, tanto na Europa quanto na América do Norte, na virada do século [XIX para XX]. Uma razão importante, especialmente na Europa, foi o desafio marxista à legitimidade da renda de propriedade. Responder a Marx foi uma forte motivação para a Escola Austríaca, em particular para a teoria da capital de Böhm-Bawerk e seus seguidores. A economia neoclássica estava em uma posição muito melhor do que seu precursor clássico para responder ao desafio marxista.

Esses tópicos envolveram os dois principais economistas americanos da época, John Bates Clark e [Irving] Fisher. Clark (1899) expôs sua teoria da distribuição da produtividade marginal, argumentando que um fator de produção generalizado, o capital, a acumulação de poupança passada, tem como trabalho um produto marginal que explica e justifica a renda de seus proprietários. (TOBIN, 1987, pp. 371-72, tradução e acréscimos próprios)¹

¹ *The distribution of income and wealth, and in particular the sources, determinants and social rationales, of interest and other returns to private property, were obsessive topics in economics, both in Europe and North America, at the turn of the century. One important reason, especially in Europe, was the Marxist challenge to the legitimacy of property income. Answering Marx was a strong motivation for the Austrian School, in particular for the capital theory of Bohm-Bawerk and his followers. Neoclassical economics was in a much better position than its classical precursor to respond to the Marxist challenge”.*

“These topics engaged the two leading American economists of the era, John Bates Clark and Fisher. Clark (1899) set forth his marginal productivity theory of distribution, arguing that a generalized factor of production, capital, the accumulation of past savings, has like labour a marginal product that explains and justifies the incomes of its owners”.

O bem-estar das classes trabalhadoras depende se elas recebem muito ou pouco; mas sua atitude para com as outras classes - e, portanto, a estabilidade do estado social - depende principalmente da questão de saber se a quantidade que obtêm, seja grande ou pequena, é o que produzem. Se eles criam uma pequena quantidade de riqueza e obtêm a totalidade, eles podem não tentar revolucionar a sociedade; mas se aparecesse que eles produzem uma grande quantidade e obtêm apenas uma parte dela, muitos deles se tornariam revolucionários, e todos teriam o direito de fazê-lo. A acusação que paira sobre a sociedade é a de 'exploração do trabalho'. 'Trabalhadores', dizem, 'são regularmente roubados de tudo o que produzem. Isso é feito dentro das formas da lei e pelo funcionamento natural da competição. Se essa acusação fosse provada, todo homem de mente certa deveria se tornar um socialista; e seu zelo em transformar o sistema industrial iria então medir e expressar seu senso de justiça. Se quisermos testar a acusação, no entanto, devemos entrar no reino da produção. Devemos explicar o produto da indústria social em seus elementos componentes, a fim de ver se o efeito natural da competição é ou não dar a cada produtor a quantidade de riqueza que ele especificamente traz à existência. (CLARK, 1908, p. 4, tradução própria)².

Apesar da teoria neoclássica da distribuição segundo a produtividade marginal ser lógica e empiricamente inconsistente³, ela continua sendo apresentada nos livros textos de economia como se fosse uma teoria válida para explicar a origem do lucro do capital. Por sua vez, a teoria da exploração de Marx, nas poucas vezes em que é mencionada, é referida apenas como uma teoria falsa ou desacreditada. Assim, é através do ensino da economia *mainstream* que a legitimidade do lucro é disseminada. No entanto, pelas razões apontadas logo acima, a teoria neoclássica do lucro tem uma base puramente ideológica, uma vez que não possui respaldo científico ou empírico.

² “*The welfare of the laboring classes depends on whether they get much or little; but their attitude toward other classes – and, therefore, the stability of the social state – depends chiefly on the question, whether the amount that they get, be it large or small, is what they produce. If they create a small amount of wealth and get the whole of it, they may not seek to revolutionize society; but if it were to appear that they produce an ample amount and get only a part of it, many of them would become revolutionists, and all would have the right to do so. The indictment that hangs over society is that of ‘exploiting labor.’ ‘Workmen’ it is said, ‘are regularly robbed of what they produce. This is done within the forms of law, and by the natural working of competition.’ If this charge were proved, every right-minded man should become a socialist; and his zeal in transforming the industrial system would then measure and express his sense of justice. If we are to test the charge, however, we must enter the realm of production. We must resolve the product of social industry into its component elements, in order to see whether the natural effect of competition is or is not to give to each producer the amount of wealth that he specifically brings into existence*”.

³ Existe uma vasta bibliografia crítica sobre a teoria neoclássica da distribuição segundo a produtividade marginal. Na minha opinião os artigos de Moseley (2012a e 2012b) apresentam, de uma forma didática e concisa, os elementos centrais da crítica a esta teoria.

3. As Críticas Marxistas à Teoria Econômica de Marx

A teoria econômica de Marx tem sido criticada não só pelos neoclássicos, mas também pelos economistas marxistas. É importante salientar que entre os economistas marxistas predomina o entendimento de que a teoria econômica de Marx apresenta inconsistências lógicas e empíricas importantes. Uma das implicações desse entendimento é que muito da literatura marxista tem como foco a análise crítica da teoria do valor e do mais-valor de Marx com vistas a corrigi-la dos seus supostos problemas teóricos e empíricos. Será que os críticos têm razão? No que segue, vamos examinar, ainda que de forma muito breve, as principais críticas marxistas à teoria do valor e do mais-valor de Marx.

O assim chamado ‘problema da transformação’ se constitui, sem sombra de dúvida, na mais importante crítica à teoria econômica de Marx e, por essa razão, irei me alongar um pouco mais sobre esse tema. Segundo a interpretação geralmente aceita, o método utilizado por Marx para realizar a transformação dos valores em preços de produção é, no mínimo, incompleto uma vez que os valores dos insumos não são transformados em preços de produção. Sabe-se que Marx estava ciente desse fato, no entanto argumenta-se que ele não teria desenvolvido um procedimento logicamente consistente para resolver o ‘problema da transformação’. No entanto, essa é uma crítica considerada de menor importância uma vez que, desde do início do século XX, já estava disponível uma metodologia que permite a solução completa do ‘problema da transformação’ - ou seja, uma metodologia em que os valores dos insumos e dos produtos finais podem ser simultaneamente transformados em preços de produção.

O problema realmente importante, argumentam os críticos de Marx, é que a ‘solução correta’ ao problema da transformação gera um resultado inesperado, a saber: a demonstração de que a teoria do valor e do mais-valor de Marx é logicamente inconsistente. A consequência inescapável dessa demonstração é que a teoria do valor e do mais-valor é falsa e, por consequência, não pode explicar a determinação de preços e lucro no capitalismo. Obviamente, com essa suposta demonstração da sua inconsistência lógica, a teoria econômica de Marx pode ser facilmente ignorada pelos economistas *mainstream*. Afinal, foram os próprios economistas marxista que demonstraram que ela não tem validade científica; ou seja, que ela é falsa e, por essa razão, pode e deve ser desconsiderada.

Como se sabe, uma parte considerável da literatura marxista dedicou-se a análise do ‘problema da transformação’, com muitos marxistas concentrando seus estudos na tentativa de correção dos supostos erros lógicos da teoria do valor e do mais-valor de Marx. No entanto, como indicaremos a seguir, não há erro lógico a ser corrigido uma vez que a teoria do valor e do mais-valor de Marx é, na verdade, logicamente consistente. É importante destacar que a ‘solução correta do problema da transformação’ está baseada em dois pressupostos centrais: 1) Marx não teria desenvolvido uma metodologia para transformar os valores dos insumos em preços de produção e 2) a solução ‘correta’ ao ‘problema da transformação’ pressupõe o abandono da metodologia temporal ou sequencial

de Marx em favor da metodologia ‘simultaneísta’ dos modelos de equilíbrio geral – ou seja, o emprego de um sistema de equações simultâneas.

Em primeiro lugar, cabe perguntar: será verdade que Marx, apesar de reconhecer a necessidade da transformação dos valores dos insumos em preços de produção, tenha deixado de analisar essa questão que é tão importante do ponto de vista teórico? A resposta é: não. Na verdade, Marx analisou, de forma detalhada, os efeitos das variações dos preços dos meios de produção e da força de trabalho sobre o circuito do capital industrial e essa análise mostrou o surgimento dos fenômenos de absorção e liberação de capital produtivo. Assim, o emprego do método temporal de Marx para realizar a transformação dos valores em preços de produção resulta, em geral, no surgimento dos fenômenos de absorção e liberação de capital produtivo. Portanto, não é demais salientar que, ao contrário do entendimento que prevalece no marxismo, Marx desenvolveu um método temporal adequado para analisar, dentre outros, o processo de transformação dos valores em preços de produção.

Com vistas a mostrar, de forma didática, que a teoria do valor e do mais-valor de Marx é logicamente inconsistente, Steedman (1977) construiu um exemplo numérico simplificado. O ponto central que nos interessa aqui é que, através do emprego do ‘método correto’ (i.e. da metodologia ‘simultaneísta’ de equilíbrio geral), Steedman calcula as variáveis relevantes (i.e. preços e taxa de lucro) em termos monetários e as compara com suas magnitudes medidas em termos de valores⁴. Como existem diferenças quantitativas entre as magnitudes dessas variáveis (em especial da taxa de lucro), Steedman conclui que essas diferenças demonstrariam a inconsistência lógica da teoria de Marx.

Em um artigo (Maldonado Filho, 1997) utilizei o método sequencial de Marx ao exemplo numérico construído por Steedman. Os resultados numéricos finais foram exatamente iguais aos calculados por Steedman, mas os resultados analíticos são distintos. Para cada período de reprodução, existe igualdade entre o somatório dos valores e dos preços de produção e entre o montante de mais-valor e de lucro (postulados de invariância). Em outras palavras, os chamados postulados de invariância são atendidos a cada período de reprodução. No entanto, entre os períodos inicial e final do processo de reprodução (neste exemplo, até o décimo sétimo período) ocorrem a liberação de capital constante (que, dadas hipóteses do exemplo, são convertidos em rendimento dos capitalistas) e a absorção

⁴ Entre os economistas marxistas, predomina o entendimento que o ‘problema da transformação’ se refere a transformação dos valores (quantidade de trabalho abstrato) em preços, ou seja, entendem que existem dois sistemas distintos: o sistema dos valores e o sistema dos preços. Assim, o ‘problema da transformação’ consistiria da transição do sistema dos valores para o sistema dos preços. Segundo esse entendimento, no Livro I d’ *O Capital*, as variáveis seriam mensuradas em termos de valor e, apenas, no Livro II Marx teria feito a transição para o sistema de preços. Claramente, esse entendimento não expressa a teoria de Marx uma vez que os valores são sempre expressos em termos monetários. Como se sabe, a ‘transformação’ do valor intrínseco (quantidade de trabalho abstrato materializado nas mercadorias) em preços (expressão monetária do valor intrínseco) é desenvolvida por Marx no Capítulo 1 do Livro I d’ *O Capital*. De fato, o ‘problema da transformação’ surge como resultado da introdução da concorrência entre indústria e, por conseguinte, da formação da taxa geral de lucro. Com isso, ocorre a transformação dos ‘preços diretos’ (i.e. preços como expressão da magnitude do valor intrínseco) em preços de produção.

de capital variável (com isso ocorre a redução do montante e da taxa de mais-valor). A partir do décimo sétimo período de reprodução cessam a liberação e absorção de capital produtivo e, por conseguinte, deixa de correr variações nos preços de produção, no montante e taxa de mais-valor e na taxa de lucro. As diferenças entre os períodos inicial e o final (i.e. o décimo sétimo e seguintes) são explicadas, na sua totalidade, pelo montante de capital constante liberado e de capital variável absorvido. Em resumo, ao contrário do argumento predominante na literatura marxista de que a teoria do valor e do mais-valor é logicamente inconsistente, o emprego do método temporal de Marx mostra sua teoria é logicamente consistente e possui grande capacidade explicativa.

Vejamos agora as duas principais críticas à lei da tendência declinante da taxa de lucro que, segundo Marx, se constitui na mais importante lei da economia política. Inicialmente, parece-me importante lembrar que essa é uma lei que é derivada da teoria da acumulação de capital. Mais precisamente, o processo de acumulação de capital (que também envolve o processo de centralização de capitais que, em termos atuais, é denominado de fusão e aquisições) é acompanhado pelo progressivo aumento da produtividade do trabalho. Esse processo gera dois fenômenos principais, a saber: em relação à classe trabalhadora, a formação de um crescente exército industrial de reserva e, em relação ao capital, o declínio da taxa geral de lucro. Em outras palavras, esses dois fenômenos são consequência do aumento da produtividade do trabalho que acompanha processo de acumulação de capital. Cabe registrar que o declínio da taxa geral de lucro possuiu caráter tendencial uma vez que existem diversos fatores – não diretamente associados ao processo de acumulação de capital – que atuam no sentido de moderar ou mesmo de temporariamente cancelar o declínio da taxa geral de lucro. Por essa razão, Marx a denomina de lei da tendência declinante da taxa (geral) de lucro.

De uma forma muito simplificada, a teoria da tendência declinante da taxa geral de lucro e sua relação com as grandes crises periódicas do capitalismo pode ser resumida da seguinte forma. A motivação dos capitalistas é a obtenção de lucro, sendo a taxa de lucro a força matriz do processo de acumulação de capital. No entanto, o próprio processo de acumulação de capital gera a tendência de declínio da taxa de lucro que, a partir de certo nível, desestimula não só a realização de novos investimentos como também pode resultar na redução da escala de operações dos capitais investidos – que se reflete no aumento do nível de capacidade ociosa da economia. Com isso, o montante de capital dinheiro ocioso na tesouraria das empresas (principalmente de lucros retidos e capital produtivo liberado) aumenta significativamente. Esse excesso de capital também precisa ser rentabilizado e, portanto, investido.

Como resultado da baixa rentabilidade dos capitais industriais (e o alto nível de capacidade ociosa) a busca pela rentabilização do excesso de capital se dá ou através da exportação de capitais para os países onde a taxa de lucro é mais elevada e/ou na realização de investimentos especulativos nos mercados secundários de ativos, sobretudo de ativos financeiros (capital fictício). Com isso, ocorre um aumento significativo das operações especulativas nos mercados financeiros que, mais cedo ou mais tarde, resultará no estouro da bolha especulativa. Dessa forma, as crises associadas com o declínio da taxa geral de

lucro aparecem, em um primeiro momento, como crises financeiras e, em um segundo momento, como crise do próprio processo de acumulação de capital.

A própria crise, ao ‘destruir’ capital (falência de empresas e desvalorização e destruição de capital fictício), aumenta a taxa geral de lucro e, com isso, restabelece as condições para a retomada – com maior ou menor dinamismo, dependendo do novo nível da taxa geral de lucro – da acumulação de capital. Portanto, de acordo com a teoria econômica de Marx, é o próprio aumento progressivo da produtividade do trabalho que está associado ao processo de acumulação de capital que causa o declínio da taxa de lucro e, por consequência, acaba por gerar as grandes crises que caracterizam o desenvolvimento capitalista. Por sua vez, as crises se constituem no mecanismo através do qual a taxa geral de lucro aumenta e repõe as condições para a retomada do processo de acumulação de capital. No entanto, dado o nível cada vez mais elevado da produtividade do trabalho, a tendência é que o novo nível da taxa geral de lucro seja menor do que o anterior⁵. Marx destacou que o declínio da rentabilidade do capital e seu impacto sobre a dinâmica da economia capitalista assusta a maioria dos economistas por demonstrar o caráter histórico do modo de produção capitalista e, portanto, do fato do próprio desenvolvimento capitalista criar as condições materiais ‘para uma forma superior de produção’, ou seja, para a transição para o modo de produção associado (socialismo).

Outra questão importante na rejeição de muitos economistas marxistas à teoria da tendência declinante da taxa geral de lucro se relaciona com a sua conclusão de que existe uma relação inversa entre a produtividade do trabalho e a rentabilidade do capital. Esses economistas consideram que essa conclusão é contra intuitiva uma vez entendem ser evidente que exista uma relação positiva entre aumentos da produtividade e a elevação da taxa de lucro.

As duas principais críticas à teoria da lei da tendência declinante da taxa de lucro são: (1) argumenta-se que os fatores que atuam como contratendência podem compensar, ou mais do que compensar, o declínio da taxa geral de lucro e, por essa razão, o comportamento da taxa de lucro é indeterminada e (2) o teorema de Okishio.

Em relação a primeira crítica, o seu argumento central é que o desenvolvimento da produtividade do trabalho eleva não só a composição orgânica do capital ($q = \frac{C}{V}$), mas também atua no sentido de aumentar a taxa de mais-valor ($r_{MV} = \frac{MV}{V}$) – segundo essa interpretação, a derivação dessa lei por Marx teve como pressuposto que a taxa de mais-valor permanece constante. O abandonarmos deste pressuposto irrealista, tem-se que a elevação da taxa de mais-valor (r_{MV}) pode compensar, ou mais do que compensar, o aumento da composição orgânica do capital – isso pode ser visto, com maior clareza, na equação abaixo. Portanto, segundo essa interpretação, a lei da tendência declinante da taxa de lucro é falsa. Em termos algébricos, tem-se que

⁵ Existem também a possibilidades de crises não diretamente relacionadas com a tendência declinante da taxa geral de lucro. Esse é o caso de crises monetárias e creditícias. No entanto, foge ao escopo desse artigo a apresentação, ainda que de forma muito breve, das características centrais desses tipos de crises.

$$R = \frac{r_{MV}}{q + 1}$$

É importante salientar que Marx não derivou essa lei pressupondo que a taxa de mais-valor permaneça constante. Ao contrário, a lei da tendência declinante da taxa de lucro continua válida mesmo se a taxa de mais-valor crescer continuamente. Aliás, deve-se ressaltar que, para Marx, a tendência é que a taxa de mais-valor aumente com o desenvolvimento capitalista. Com vistas a manter nossa apresentação o mais breve possível, vejamos essa questão através da seguinte derivação algébrica.

$$R = \frac{MV}{K}$$

Sendo que $K = C + V$

Dividindo o numerador e denominador por Y ($V + MV$), obtém-se

$$R = \frac{MV}{Y} \cdot \frac{Y}{K}$$

Dividindo o numerador e denominador do primeiro termo por V , tem-se que

$$\frac{MV}{Y} = \frac{MV/V}{Y/V} = \frac{MV/V}{(V + MV)/V} = \frac{MV/V}{1 + MV/V} = \frac{r_{MV}}{1 + r_{MV}}$$

Substituindo essa expressão na equação da taxa de lucro, obtém-se

$$R = \frac{r_{MV}}{1 + r_{MV}} \cdot \frac{Y}{K}$$

O primeiro termo da equação da taxa geral de lucro derivada acima tende, assintoticamente, para o seu limite máximo que é 1. Isso significa que ainda que a taxa de mais-valor (r_{MV}) influencie positivamente a taxa geral de lucro esse impacto declina no tempo, ou seja, quanto maior for a taxa de mais-valor menor será a sua influência. Com isso, o determinante básico do comportamento da taxa geral de lucro é a relação Y/K . Cabe destacar, que o quociente K/Y se constitui em uma expressão mais adequada – em relação ao quociente q – da composição orgânica do capital.

Como o aumento da produtividade do trabalho resulta na elevação da composição orgânica do capital, tem-se que necessariamente a variável Y/K diminui. Assim, em última instância, a trajetória temporal da taxa geral de lucro (R) é determinada pela variável Y/K que expressa a composição orgânica do capital. Portanto, como argumentou Marx, o progressivo aumento da produtividade do trabalho que acompanha o processo de acumulação de capital resulta na tendência declinante da taxa de lucro.

Finalmente, cabe destacar que a lei da tendência declinante da taxa geral de lucro possuiu amplo suporte empírico.

Vamos agora examinar, da forma mais sucinta possível, a crítica associada ao teorema de Okishio. O teorema parte de uma situação inicial de equilíbrio, ou seja, uma situação em que a taxa de lucro é a mesma na economia como um todo. A seguir, é suposto

que uma nova tecnologia poupadora de trabalho é introduzida pelas firmas de uma dada indústria e, como resultado da adoção dessa nova tecnologia e mantendo-se tudo o mais constante, haverá uma elevação da taxa de lucro setorial. Com isso, o sistema econômico passa a estar em uma situação de desequilíbrio uma vez as taxas de lucro deixam de estar equalizadas. O processo concorrencial atuará no sentido de determinar uma nova taxa de lucro de equilíbrio.

A questão que o teorema se propõe a responder é a seguinte: a nova taxa de lucro de equilíbrio será menor do que a inicial, conforme afirma a teoria de Marx? O teorema demonstra que, mantendo-se constante o salário real, a nova taxa de lucro de equilíbrio será maior do que a inicial – ou igual, se a inovação tecnológica ocorrer em uma indústria não-básica. Portanto, aparentemente o teorema de Okishio teria demonstrado que, diferentemente do que a lei da tendência declinante da taxa geral de lucro afirma, aumentos da produtividade do trabalho podem aumentar ou manter inalterada a taxa de lucro de equilíbrio, mas nunca diminuí-la.

No entanto, parece-me evidente que a teoria econômica de Marx não pode ser avaliada através do emprego do método estático comparativo característico do sistema de equilíbrio geral. A razão é simples, o método analítico da Marx é dinâmico e temporal e não estático e atemporal. Em outras palavras, um dos problemas centrais do teorema de Okishio enquanto representação da teoria econômica de Marx é que ele está formulado em termos da análise estático comparativa o que, claramente, diverge da análise temporal e dinâmica de Marx. Como destacamos acima, a lei da tendência declinante da taxa geral de lucro foi derivada no contexto de crescimento econômico em que o progresso técnico ocorre continuamente no tempo enquanto que o teorema de Okishio emprega a metodologia simultaneísta de equilíbrio geral.

Um dos principais problemas do emprego deste método é que a redução dos preços que resultam do aumento da produtividade do trabalho é desconsiderada. Como sabemos, o aumento da produtividade do trabalho reduz os preços das mercadorias e, mantendo-se constante a escala de produção, o montante de capital produtivo adiantado na compra dos insumos diminui – ou seja, o montante de capital adiantado pelas empresas decresce – e, por consequência, a taxa de lucro aumenta. Em outras palavras, de forma similar ao que ocorre na análise do ‘problema da transformação’, também aqui os fenômenos de absorção e liberação de capital produtivo não são captados pela análise atemporal e simultaneísta e, como consequência, é a teoria de Marx que aparece como se fosse inconsistente – e não como uma deficiência do método simultaneísta de equilíbrio geral. Em resumo, o teorema de Okishio, não demonstra que a lei da tendência declinante da taxa geral de lucro seja logicamente inconsistente uma vez que desconsidera os efeitos do declínio dos preços.

O surgimento das grandes empresas foi visto, por muitos economistas marxistas, como evidência de que o capitalismo teria entrado em uma nova etapa do seu desenvolvimento, denominada de capitalismo monopolista. A etapa do capitalismo concorrencial teria dado lugar, a partir do final do século XIX, a sua fase como capitalismo monopolista. Segundo essa concepção, a teoria da concorrência de Marx teria sido válida apenas para a fase competitiva do capitalismo quando a concorrência era suficientemente

forte para equalizar as taxas de lucro entre indústrias. No entanto, no capitalismo monopolista, com o surgimento das grandes empresas e a formação de indústrias oligopolizadas, ocorre um declínio da concorrência uma vez que estas indústrias criam barreiras a livre entrada de capitais e, como possuem poder de mercado, são capazes de obter taxas de lucro que são persistentemente mais elevadas do que a taxa de lucro das indústrias competitivas.

Dito de outra forma, o capitalismo monopolista – diferentemente do que ocorria na etapa competitiva do capitalismo – se caracteriza pela existência de diferenciais significativos e persistentes de rentabilidade entre os setores oligopolistas e competitivos da economia. Sweezy (1981, p. 11, tradução própria)⁶ expressou esse entendimento da seguinte forma:

As formas alteradas de competição que prevalecem no capitalismo monopolista criam não uma tendência em direção a uma taxa média de lucro em todo o sistema que Marx analisou na parte 2 do terceiro volume d’*O Capital*, mas sim uma hierarquia de taxas de lucro, mais alta nas indústrias que se aproximam mais de perto a um status de monopólio e mais baixo naqueles em que a empresa competitiva de pequena escala continua a predominar.

Não é demais relembrar que, de acordo com a teoria econômica de Marx, o desenvolvimento do processo de acumulação de capital (que inclui a centralização de capitais) não implica o declínio mas sim a intensificação do processo concorrencial. Assim, uma das implicações da teoria do capital monopolista é que a teoria econômica de Marx também é logicamente inconsistente – afinal, se isso fosse verdade, a lei da acumulação de capital negaria a lei da concorrência. No entanto, essa questão, que seja do meu conhecimento, não é destacada na literatura sobre o capitalismo monopolista e, por essa razão, deixarei de comentá-la nesse artigo. No que segue, comentarei apenas o argumento de que com a formação das grandes corporações o capitalismo deixou para trás o seu estágio competitivo, passando para o seu estágio monopolista.

Deste ponto de vista, o foco dos críticos marxistas de Marx está, em primeiro lugar, mostrar que o capitalismo monopolista se caracteriza não pela tendência a equalização das taxas de lucro intersetoriais, mas sim pela existência de diferenciais persistentes de rentabilidade entre as indústrias oligopolistas e competitivas. Em segundo lugar, em substituir a teoria da concorrência de Marx pela concepção de concorrência oligopolista e, com isso, desenvolver uma nova teoria de determinação de preços que seja consistente com a realidade do capitalismo monopolista.

Vejam, inicialmente, a questão relacionada com a evidência empírica sobre os diferenciais de taxas de lucro entre indústrias. De fato, a grande maioria dos estudos empíricos realizados nas décadas de 1950 e 1960 aparentemente davam suporte a teoria do

⁶ “*The altered forms of competition which prevail in monopoly capitalism create not a tendency toward a system-wide average rate of profit which Marx analyzed in part 2 of the third volume of Capital but rather a hierarchy of profits rates, highest in industries which approach most closely to a monopoly status and lowest in those in which small-scale competitive enterprise continues to predominate*”.

capital monopolista. No entanto, esses resultados foram obtidos em análises empíricas do tipo *cross-section* cuja metodologia é, claramente, inadequada para avaliar a validade empírica não só da teoria do capital monopolista, mas também da teoria de Marx. Os testes empíricos dessas teorias requerem que se examinem os diferenciais de rentabilidade entre os setores oligopolista e competitivo ao longo do tempo, logo, através do emprego de modelos dinâmicos.

Apenas a partir da década de 1970 é que os estudos empíricos passaram a examinar o comportamento temporal dos diferenciais de rentabilidade. Os resultados empíricos desses estudos, em sua imensa maioria, mostram que os diferenciais de rentabilidade não persistem ao longo do tempo, ou seja, que existe a tendência de equalização das taxas de lucro. Verifica-se também que a velocidade de convergência em relação a taxa de lucro média difere entre indústrias, com as indústrias em que a composição orgânica é elevada apresentado baixa velocidade do processo de ajuste e as indústrias em que a composição orgânica é baixa a velocidade do processo de convergência é alta. Estes resultados estão de acordo com as previsões da teoria da concorrência de Marx.

Outro ponto a ser destacado é que, a qualquer momento do tempo, sempre se observa a presença de diferenciais de rentabilidade, mas não existe correlação entre taxas de lucro mais elevadas e indústrias oligopolistas. Na verdade, os estudos empíricos são consistentes com a teoria de concorrência de Marx⁷. Portanto, ao contrário do que a teoria do capitalismo monopolista afirma, os estudos empíricos que utilizam modelo dinâmicos são consistentes com as previsões da teoria da concorrência de Marx e, por consequência, inconsistentes com a teoria do capital monopolistas.

Em outras palavras, *a evidência empírica não é consistente com a hipótese de que a formação das grandes corporações tenha resultado no declínio da concorrência e, por conseguinte, na transição do capitalismo competitivo para o novo estágio do capitalismo monopolista*. A evidência empírica não sugere que a formação e desenvolvimento das grandes corporações tenha alterado as leis da concorrência derivadas por Marx e, por conseguinte, que a teoria de econômica de Marx tenha se tornada ultrapassada para explicar a determinação dos preços no capitalismo contemporâneo.

Como vimos acima, Sweezy entende que a formação das grandes corporações alterou as leis da concorrência do sistema capitalista o que teria significado o declínio da concorrência e, por conseguinte, a transição do capitalismo competitivo para um novo estágio de seu desenvolvimento: o capitalismo monopolista. É importante destacar que Marx estava ciente que a sua teoria da acumulação de capital (que está associada com o processo subsidiário de centralização de capitais) implica, necessariamente, na formação das grandes empresas. No entanto, ele não entendia que esse resultado significasse qualquer modificação nas leis da concorrência intercapitalista – ao contrário, ele esperava que a continuidade do processo de acumulação intensificaria luta concorrencial entre as empresas

⁷ Sobre as questões relacionadas com as teorias de concorrência e a evidência empírica sobre os diferenciais intersetoriais de rentabilidade ver, por exemplo, Maldonado Filho (1989).

capitalistas. Como explicar esses distintos entendimentos das implicações da formação e desenvolvimento das grandes corporações sobre o processo concorrencial?

Para responder a essa pergunta é necessário examinar as diferenças entre os conceitos de concorrência perfeita e de livre concorrência. Em primeiro lugar, cabe destacar que a concepção neoclássica de concorrência tem como base o conceito de estrutura de mercado, cujo desenvolvimento se deu a partir da fusão dos conceitos de mercado com o de concorrência. O conceito de estrutura de mercado se constitui em uma inovação peculiar da teoria neoclássica para a história do pensamento econômico. As duas estruturas de mercado básicas, a partir das quais as demais são derivadas, são as de concorrência perfeita e de monopólio.

Em termos analíticos, os principais pressupostos para que um mercado seja perfeitamente competitivo são os seguintes: (a) os agentes econômicos atuam no sentido de maximizar lucro (empresas) ou utilidade (consumidores); (b) a existência de um ‘grande número’ de vendedores e compradores, de tal forma que nenhum participante individual tenha qualquer influência sobre o preço de mercado; (c) a existência de perfeita mobilidade e divisibilidade dos recursos – logo, que exista livre entrada e saída do mercado; (d) que os produtos sejam homogêneos; (e) que todos os agentes possuam informações completas. Como consequência dessas hipóteses, tem-se que as empresas individuais são tomadoras de preço, ou seja, elas não possuem, individualmente, nenhuma influência sobre o preço de mercado.

Por sua vez, o mercado monopolista é definido pela presença de apenas uma empresa em um dado mercado, o que implica que a curva de oferta da empresa é também a própria curva de oferta de mercado. Assim sendo, a empresa monopolista é capaz de fixar, dada a curva de demanda, o preço de mercado que maximiza seu lucro. Portanto, segundo a concepção neoclássica, uma das características essenciais do monopólio é que a empresa monopolista tem o poder, dentro de certos limites, de fixar o preço do seu produto – a capacidade da empresa monopolista em determinar o preço de venda do seu produto é denominado de ‘poder de monopólio’ ou, alternativamente, de ‘poder de mercado’.

Como afirmamos acima, as demais estruturas de mercado são derivadas a partir dessas duas estruturas básicas. Tendo em vista nossos objetivos, vamos examinar apenas os elementos centrais do oligopólio. A construção teórica do mercado oligopolista baseia-se na substituição de dois dos pressupostos da concorrência perfeita, a saber: a) a hipótese de um ‘grande número’ de empresas é substituída pelo pressuposto de que o mercado é formado ou dominado por um ‘pequeno número de grandes empresas’ e b) assume-se que existam ‘barreiras à entrada’ de novos concorrentes e que, portanto, não mais exista perfeita divisibilidade dos recursos e nem livre entrada e saída de empresas no mercado.

Com essas hipóteses, tem-se que as empresas oligopolistas possuem poder de mercado (poder monopolista), o que significa que são capazes de estabelecer os preços de venda de seus produtos – ou seja, que as empresas oligopolistas são ‘fazedoras de preços’ e não mais ‘tomadoras de preços’, como ocorre na concorrência perfeita. No entanto, o poder de mercado das empresas oligopolistas para estabelecer os preços de venda dos seus produtos é limitado pelo tamanho das barreiras à entrada. A determinação de preço de

oligopólio baseia-se no princípio do mark-up, ou seja, o preço de venda da empresa oligopolista é determinado a partir do cálculo do custo total de produção por unidade de produto mais uma margem de lucro. Claramente, a questão central que as teorias de preços nos mercados oligopolistas procuram explicar é o tamanho da margem de lucro. Por essas razões, a determinação dos preços nos mercados oligopolistas possui certo grau de indeterminação. Mas essa indeterminação não elimina a conclusão de que a formação dos preços nos mercados oligopolistas é feita de forma a obter, de forma persistente, taxas de lucro mais elevadas do que aquelas observadas nos setores competitivos.

Aceitando-se a validade da teoria neoclássica da concorrência, é inescapável o entendimento de que com a formação das grandes empresas tenha ocorrido a transição do capitalismo competitivo para sua etapa monopolista. Uma vez que a teoria neoclássica da concorrência é logicamente consistente, a sua aceitação como expressão da dinâmica concorrencial do capitalismo depende de sua conformidade com a evidência empírica. No entanto, existe ampla evidência de que a predição empírica mais relevante dessa teoria – as taxas de lucro dos setores oligopolistas são persistentemente maiores do que as observadas nos setores competitivos – não é corroborada pela maioria dos estudos empíricos. Portanto, no teste empírico, como indicamos acima, a teoria não tem sucesso. Assim, o entendimento de que a formação das grandes empresas teria alterado as leis da concorrência e, por consequência, causado a transição do capitalismo competitivo para a etapa do capitalismo monopolista não é apoiado pela evidência empírica. Apesar da falta de suporte empírico, a teoria neoclássica da concorrência possui ampla aceitação entre os economistas marxistas.

De acordo com a visão neoclássica, o conceito de concorrência perfeita teve sua origem nas ideias ainda pouco desenvolvidas dos economistas clássicos sobre o processo concorrencial. Os primeiros passos para o ‘aprimoramento’ das ideias rudimentares dos economistas clássicos foram dadas pelos economistas matemáticos (Edgeworth e Cournot) e o resultado final deste processo de desenvolvimento foi a elaboração do conceito preciso e rigoroso de concorrência perfeita. A principal contribuição desse suposto desenvolvimento analítico foi a fusão dos conceitos de mercado com o de concorrência, criando, assim, o conceito de estrutura de mercado. Com isso, a concepção eminentemente dinâmica dos economistas clássicos foi transformada em uma teoria estática de estruturas de mercado.

Na verdade, a elaboração da teoria neoclássica da concorrência, longe de representar um desenvolvimento das ideias dos economistas clássicos, representou uma ruptura com a tradição clássica. A teoria de concorrência de Marx se constitui em um desenvolvimento e aprofundamento das concepções dos principais economistas clássicos. Portanto, o conceito de estrutura de mercado não se faz presente, nem poderia estar presente, na teoria da concorrência de Marx que é concebida em termos dinâmicos.

Vejamos, também de uma forma bastante breve, os principais elementos da teoria da concorrência de Marx. Primeiramente, cabe salientar que o processo concorrencial é visto como uma manifestação externa da compulsão intrínseca dos capitais (firmas) pelo lucro e pelo crescimento. O processo concorrencial produz não apenas movimentos de equalização de preços e taxas de lucro, mas também movimentos que criam desequilíbrios

intra e intersetoriais de preços e taxas de lucros. Em outras palavras, na análise de Marx a concorrência aparece como uma força que produz tanto tendências de equilíbrio como de desequilíbrio. Como um processo dinâmico contínuo, a concorrência produz dois movimentos distintos de equalização, a saber: 1) entre as empresas rivais de uma mesma indústria e 2) entre os capitais investidos em distintas indústrias. No entanto, o processo concorrencial também se constitui em uma força geradora de desequilíbrio. Assim, na teoria de Marx, a concorrência entre os capitais individuais se constitui em um processo dinâmico que está sempre em operação.

Para os capitais industriais individuais de uma mesma indústria (empresas) o processo concorrencial estabelece, em primeiro lugar, o preço social (PS), que nada mais é do que a média ponderada dos preços individuais das empresas rivais. Em segundo lugar, o processo concorrencial também faz com que os preços de mercado (PM) oscilem em torno do preço social (PS). Dito de outra maneira, o preço social se constitui no centro de gravidade para as flutuações dos preços de mercado. Por sua vez, o processo concorrencial entre indústrias – ou seja, entre as diferentes esferas de produção – atua no sentido de equalizar as taxas de lucro das indústrias; ou seja, as taxas de lucro intersetoriais são, tendencialmente, equalizadas. Como vimos acima, a equalização das taxas de lucro intersetoriais implica a transformação dos valores sociais – ou seja, dos preços sociais das mercadorias – em preços de produção.

O processo concorrencial que ocorre entre os diferentes ramos industriais produz uma tendência à equalização das taxas de lucro setoriais (i.e. das taxas médias de lucro das indústrias). Os capitais, em sua busca pela maior rentabilidade possível, saem das indústrias onde as taxas de lucro são relativamente baixas e entram nas indústrias onde as taxas de lucro estão significativamente maiores do que a taxa média. A mobilidade de capitais entre indústrias é que gera a tendência para a equalização das taxas de lucro setoriais. Em outras palavras, os diferenciais de rentabilidade causam a transferência de capitais que, por sua vez, variam o nível de oferta das indústrias, esta variação de oferta, por sua vez, afeta os níveis dos preços que regulam o mercado (i.e. os preços que se constituem em centro de gravidade para as oscilações dos preços de mercado) e, por conseguinte, das taxas de lucro. É importante destacar, no entanto, que Marx não assume que o processo concorrencial faça com que o sistema econômico tenda para um estado de equilíbrio onde as taxas de lucro setoriais sejam iguais. Ou seja, o processo dinâmico de ajustamento não é visto como sendo capaz de estabelecer, de fato, uma taxa uniforme de lucro entre as indústrias.

É importante destacar que a transferência de capitais entre indústrias se dá principalmente sob a forma de capital dinheiro e essa transferência é realizada, predominantemente, através do sistema financeiro. Assim, a entrada e saída de capitais não está associada, necessariamente, com a entrada e saída de empresas. Por exemplo, vamos imaginar que uma grande corporação decida ampliar sua fábrica e, para isso, resolva tomar empréstimo no mercado de capitais (por exemplo, através do lançamento de debêntures). Nesse caso, haverá entrada de capital na indústria ainda que não ocorra a entrada de uma nova empresa. Essa entrada de capital atuará como mecanismo de equalização tendencial da taxa de lucro entre indústrias. Portanto, a eficiência do sistema financeiro se constitui

em um importante pressuposto para a efetividade do processo de equalização das taxas de lucro setoriais.

Do ponto de vista da teoria da concorrência de Marx, o único obstáculo efetivo ao processo concorrencial é o monopólio relacionada com a propriedade privada dos recursos naturais ou os sobre a propriedade intelectual (patentes, direitos autorais e marcas registradas). Apenas a presença desses tipos de monopólio se constitui em barreiras efetivas à livre concorrência e, portanto, sobre o processo de equalização das taxas de lucro intersetoriais.

Parece-me que esses comentários são suficientes para estabelecer que os conceitos de estrutura de mercado e de barreiras à entrada estão ausentes da teoria da concorrência de Marx. As condições concretas de produção e de circulação de mercadorias condicionam a velocidade do processo de ajuste, mas não se constituem em barreiras efetivas à livre concorrência. Na teoria de Marx, apenas a existência de monopólios associados aos direitos de propriedade é que impactam sobre o processo de equalização das taxas de lucro.

Em resumo, diferentemente da concepção neoclássica, segundo a teoria de Marx o surgimento das grandes corporações não causa declínio da concorrência e, por conseguinte, impede que o processo concorrencial atue no sentido de equalizar as taxas de lucro intersetoriais. Ao contrário, a formação das grandes corporações e o desenvolvimento do sistema financeiro torna o processo concorrencial mais intenso. Como vimos, ao contrário da visão geralmente aceita entre os economistas marxistas, a teoria da concorrência de Marx é fortemente apoiada pela evidência empírica.

Comentários Finais

No pós-segunda guerra mundial, para a surpresa da maioria dos economistas e agentes políticos, o capitalismo experimentou um período de grande dinamismo econômico que foi acompanhado por significativas melhorias no padrão de vida dos trabalhadores e por redução das desigualdades sociais. No entanto, a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, as taxas de crescimento econômico dos países capitalistas avançados começavam a declinar ao mesmo tempo em que a inflação se acelerava e as políticas macroeconômicas perdiam sua efetividade.

A era de prosperidade propiciada pelo capitalismo regulado era substituída pela estagflação dos anos 1970 e, conseqüente, pelo acirramento da luta de classes. Nesse contexto de crise do capitalismo e de lutas políticas pela construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo ressurgiu, principalmente entre os estudantes universitários, um forte interesse pela obra de Marx. Nos cursos de economia, muitos estudantes demandavam maior pluralidade no ensino e, em particular, que fossem ofertadas disciplinas de economia política marxiana. Como resultado desse interesse no estudo da obra de Marx, uma onda de produção acadêmica sobre os diversos aspectos da análise crítica de Marx veio a tona ao longo dos anos 1970.

O retorno à Marx dos anos 1970 foi bastante frutífero em muitas áreas, mas esse não foi o caso no âmbito da economia política. Os estudos acabaram centrando-se sobre a consistência lógica da teoria do valor e do mais-valor de Marx. Dois temas se destacaram: a ‘transformação dos valores em preços’ e a ‘lei da tendência declinante da taxa de lucro’.

Parece-me importante destacar a importância das contribuições de Samuelson, Steedman e Okishio na definição dos tópicos que seriam o foco do debate entre os economistas marxistas. Basicamente, como vimos acima, essas contribuições estabeleceram que a teoria econômica de Marx seria logicamente inconsistente e, portanto, falsa. Assim, durante um período de grande efervescência política e ideológica, quando muitos estudantes dos cursos de ciências sociais desejavam estudar uma teoria econômica que fosse relevante para a compressão da realidade capitalista e para ‘mudar o mundo’, a teoria econômica de Marx era descartada, inclusive pelos ‘economistas radicais’, por ser logicamente inconsistente. Como consequência da aceitação dos argumentos dos críticos de Marx, o programa de pesquisa dos economistas radicais dos anos 1970 centrou-se, principalmente, na tentativa de correção dos supostos erros lógicos da teoria do valor e do mais-valor de Marx.

Com isso, as possíveis agendas de pesquisas e de estudos com o objetivo de desenvolver e de completar a abordagem teórica de Marx, de aplicá-la ao estudo da realidade e como base para a elaboração de programas que levassem a uma ‘construção de um outro mundo’ eram, efetivamente, abandonadas. Aceitava-se, quando muito, que alguns aspectos ou ‘insights’ da teoria de Marx eram importantes e que poderiam ser incorporados em outras abordagens teóricas, mas não a sua teoria do valor e do mais-valor, pois ela não teria passado pelo teste da consistência interna. Infelizmente, a crítica de Samuelson foi geralmente aceita e acabou por pautar o debate da economia marxista. Em suma, os economistas radicais dos anos 1970 não eram suficientemente radicais.

O capitalismo está passando, novamente, por uma profunda crise econômica e social mundial e, mais uma vez, a teoria econômica *mainstream* se mostra incapaz de explicá-la. Neste contexto de crise econômica mundial, justamente quando se reabre o debate sobre a economia capitalista e as causas de suas crises periódicas, a teoria do valor e do mais-valor de Marx continua sendo vista com muito ceticismo, mesmo nos meios acadêmicos marxistas, já que se aceita que sua inconsistência lógica teria sido comprovada. Ou seja, o consenso gerado pelo debate dos anos 1970 de que a teoria econômica de Marx é internamente inconsistente e, portanto, falsa constitui-se, ainda nos dias de hoje, num forte entrave a sua utilização como instrumental analítico para explicar a atual crise e de apontar alternativas. No entanto, conforme indiquei, essa imputação é falsa. A teoria do valor e do mais-valor de Marx é logicamente consistente e a sua teoria da concorrência empiricamente válida.

Da mesma maneira que a formação das grandes corporações foi vista como representando a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, a financeirização que caracteriza o neoliberalismo também é vista como representando a transição para um novo estágio do capitalismo. Igualmente, a teoria econômica de Marx é vista como inadequada ou insuficiente para a compreensão deste novo estágio do

capitalismo. De acordo com esse entendimento, para a compreensão do capitalismo neoliberal e financeirizado são necessários desenvolvimento de novos instrumentos analíticos. Pelas razões apontadas, discordo desse entendimento. Na verdade, considero que a teoria econômica de Marx proporciona uma base sólida – em especial das razões que explicam o declínio da rentabilidade do capital e do conceito de capital fictício – para explicar a financeirização que caracteriza o capitalismo atual.

Ao finalizar, desejo enfatizar que a demonstração de que a teoria de Marx é lógica e empiricamente consistente abre espaço para que os novos economistas marxistas se dediquem a um programa de pesquisa para o desenvolvimento da teoria de Marx e de sua aplicação na compreensão da realidade, soltando-se assim das amarras impostas pelos críticos de Marx. Do ponto de vista científico, não há razão para a teoria econômica de Marx seja desconsiderada como uma alternativa válida para explicar as leis que regem o funcionamento do sistema capitalista e, principalmente, para orientar no desenvolvimento de alternativas para a superação do modo de produção capitalista.

Referências

- CLARK, J. B. **The Distribution of Wealth: A Theory of Wages, Interest and Profits**. New York: Macmillan, 1908.
- KLIMAN, A. **Reclaiming Marx's Capital: A Refutation of the Myth of Inconsistency**, 2007. (Raya Dunayevskaya Series in Marxism and Humanism).
- MALDONADO FILHO, E. Concorrência e Diferenciais Intersetoriais de Rentabilidade: uma análise da indústria brasileira, 1973/89. **Ensaio FEE**, 10(2), pp. 251-265, 1989.
- MALDONADO FILHO, E. Release and Tying Up of Productive Capital and the 'Transformation Problem'. Artigo apresentado no Congresso da **Eastern Economic Association**, Crystal City, VA, EUA, 1997. Disponível em: www.greenwich.ac.uk/~fa03. Acesso em: 21/092021.
- MOSELEY, F. A critique of the marginal productivity theory of the price of capital. **Real-world economics review** 59: 131-137, 2012a.
- MOSELEY, F. Mankiw's attempted resurrection of marginal productivity theory. **Real-world economics review** 61: 115-124, 2012b.
- SWEEZY, P. M. Competition and Monopoly. **Monthly Review**, May, pp. 1-16, 1981.
- TOBIN, J. "Irving Fisher (1867-1947)". In: EATWELL, J., et al. (Eds.), **The New Palgrave Dictionary of Economics**, vol. 2. Macmillan, London, pp. 369–376, 1987.